

JUCESP  
07 10 24



JUCESP PROTOCOLO  
2.488.544/24-3



# LÓRIENN EMPREENDIMENTOS S/A

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CNPJ: 54.174.240/0001-31

NIRE: 35300633458

REALIZADA EM 03 DE JUNHO DE 2.024

- I. **Data e Horário:** Aos 03 (três) dias do mês de junho de 2.024 (dois mil e vinte e quatro) às 11:00 horas.
- II. **Local:** Sede social da sociedade anônima de capital fechado denominada **LÓRIENN EMPREENDIMENTOS S/A**, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Claudio Soares, nº 72, 1º Andar – Conjunto 115 – Pinheiros, CEP nº 05.422-030.
- III. **Convocação e Publicação:** Dispensada a publicação de Edital de Convocação, conforme o disposto no Artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e posteriores alterações.
- IV. **Quórum:** Verificou-se a presença dos acionistas, representando a totalidade do Capital Social da Companhia, conforme assinaturas constantes no “Livro de Presença dos Acionistas”.
- V. **Mesa:** Por deliberação unânime foi designado o **Sr. Tiago Lucera** para presidir a reunião e o **Sr. Marcelo Chiqueto** para secretariar.
- VI. **Ordem do dia:** i) Aumento de Capital Social e Emissão de Novas Ações; ii) Reforma do Estatuto Social.

**Assembleia Geral Extraordinária:** Iniciado os trabalhos, o Sr. **Presidente** registrou que o capital social atual é de **R\$10.000,00 (dez mil reais)**, dividido em 10.000 (dez mil) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado. Com base no artigo 170 da Lei n.º 6.404/76, foi apresentada a proposta de aumento de capital social da Companhia em **R\$.14.990.000,00 (quatorze milhões, novecentos e noventa mil reais)**, totalmente destinados à conta do capital social, mediante a emissão de **14.990.000 (quatorze milhões, novecentos e noventa mil)** de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais deverão ser integralizadas pelos atuais acionistas através de pagamento em moeda corrente nacional, bens móveis ou bens imóveis. Desta forma, o capital social de **R\$.10.000,00 (dez mil reais)** fica aumentado para **R\$.15.000.000,00 (quinze milhões reais)**, correspondente a **15.000.000 (quinze milhões)** de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, podendo tais novas

*VL*

*me*

JUCESP  
07 10 24

ações serem integralizadas até a data de **31 de dezembro de 2024**. **O Sr. Presidente ressaltou que os Boletins de Subscrição foram arquivados na sede da Companhia e devidamente autenticados pela mesa.** Em respeito ao Artigo 171 da lei 6.404/1976, os acionistas, todos presentes nesta Assembleia, renunciaram expressamente seu direito de preferência na subscrição proporcional das novas ações ora emitidas. Colocada a matéria em votação, foi aprovado por **UNANIMIDADE** e sem ressalvas o aumento de capital na forma acima.

ii) Ato contínuo, fora apresentado aos acionistas, a proposta de alteração do Estatuto Social, no que tange o **artigo 5º**, a fim de alterar o Capital Social para **R\$.15.000.000,00** (quinze milhões de reais), representado por **15.000.000** (quinze milhões) ações ordinária e nominativas, sem valor nominal e a **alteração do artigo 6º** para refletir o aumento do capital previamente autorizado sem necessidade de reforma do estatuto de **R\$.15.000.000,00** (quinze milhões de reais) para **R\$.40.000.000,00** (quarenta milhões de reais). As alterações dos artigos 5º e 6º estão espelhadas no **Anexo I** desta ata. A seguir, após as discussões e esclarecimentos necessários, submetida à votação, a alteração estatutária foi aprovada por **UNANIMIDADE**, cuja sua consolidação do estatuto social da Companhia segue no **Anexo II** e ambos os anexos ficam fazendo partes integrantes desta ata, como se aqui estivessem transcritos.

VII. **Encerramento:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e não havendo qualquer manifestação, o Presidente suspendeu os trabalhos para a lavratura da presente ata.

VIII. **Aprovação e Assinaturas:** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quis fazer uso da palavra, foram suspensos os trabalhos para lavratura da presente ata. Reabertos os trabalhos, esta ata foi lida e aprovada sem ressalvas, tendo sido assinada por todos os presentes. A presente ata é cópia fiel da original arquivada em livro próprio.

São Paulo/SP, 03 de junho de 2024.

Mesa:

*Tiago Lucera*

Tiago Lucera  
Presidente



*Marcelo Chiqueto*

Marcelo Chiqueto  
Secretário



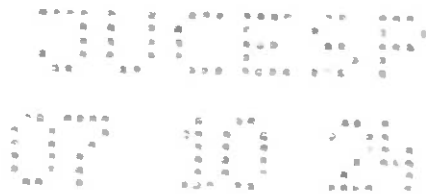
UNESP  
07 10 24

## ANEXO I

<u>Estatuto Atual</u>	<u>Proposta de Alteração</u>
<b>ARTIGO 5º.</b> O Capital Social é de <b>R\$10.000,00 (dez mil reais)</b> , dividido em 10.000 (dez mil) ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal.	<b>ARTIGO 5º.</b> O Capital Social é de <b>R\$15.000.000,00 (quinze milhões reais)</b> , dividido em 15.000.000 (quinze milhões) ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal.
<b>ARTIGO 6º.</b> Independentemente de reforma estatutária, o capital social poderá ser aumentado, na forma do art. 168 da Lei nº 6.404, de 1.976, até o valor de <b>R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais)</b> .	<b>ARTIGO 6º.</b> Independentemente de reforma estatutária, o capital social poderá ser aumentado, na forma do art. 168 da Lei nº 6.404, de 1.976, até o valor de <b>R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais)</b> .

SECRET  
OF 10 24

ANEXO II



---

---

## ESTATUTO SOCIAL

---

### LÓRIENN EMPREENDIMENTOS S/A

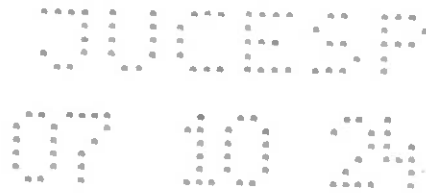
#### CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

**ARTIGO 1º.** LÓRIENN EMPREENDIMENTOS S/A é uma sociedade anônima de capital fechado e reger-se-á por este Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares em vigor que lhe forem aplicáveis.

**ARTIGO 2º.** A sociedade tem sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Claudio Soares, nº. 72, 1º andar, Conjunto 115, Pinheiros, CEP. 05.422-030, e poderá, a critério da Assembleia Geral, respeitadas as prescrições legais, abrir, manter e fechar escritórios, dependências, agências ou filiais, em qualquer outra parte do território nacional ou exterior, observadas as disposições legais e regulamentares em vigor, com o objetivo de desenvolver suas atividades na forma e limites aqui definidos.

**ARTIGO 3º.** A sociedade tem por objeto:

- a) A atividade principal de Compra, Venda e Administração de Imóveis Próprios;
- b) O aluguel de imóveis próprios;
- c) Holding de Instituições não financeiras;
- d) A exploração de atividades agrícolas, incluindo o cultivo e comercialização de lavouras temporárias, por si ou em conjunto com terceiros;
- e) A exploração de atividades pastoris, incluindo a criação, engorda, recria e comercialização de animais, inclusive para corte, por si ou em conjunto com terceiros;
- f) A exploração de parcerias e/ou arrendamentos rurais ou urbanos; e
- g) A gestão e/ou participação em outras sociedades de qualquer ramo ou atividades comerciais, industriais, prestadoras de serviços ou sociedades anônimas, de origem nacional e/ou estrangeiras em qualquer lugar do país e fora dele, como sócia, acionista, quotista ou membro de conselho.



**Parágrafo Único.** A Companhia poderá dedicar-se a todas as atividades que, direta ou indiretamente, se relacionem com seu objeto social e que sejam convenientes aos interesses sociais.

**ARTIGO 4º.** O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

## **CAPÍTULO II – DO CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**ARTIGO 5º.** O Capital Social é de **R\$15.000.000,00 (quinze milhões reais)**, dividido em 15.000.000 (quinze milhões) ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo 1º. A titularidade das ações só será considerada pela inscrição do nome do acionista no livro de Registro de Ações Nominativas.

Parágrafo 2º. Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de Transferência de Ações Nominativas.

Parágrafo 3º. Em caso de solicitação de qualquer dos acionistas, a Companhia emitirá certificados de ações.

Parágrafo 4º. Os certificados de ações deverão ser assinados por 1 (um) Diretor ou por 1 (um) procurador legal com poderes especiais para tanto.

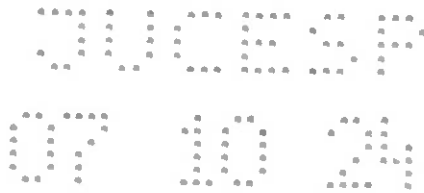
Parágrafo 5º. Observadas as condições previstas neste Estatuto Social e legislação aplicável, cada ação ordinária corresponderá a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

**ARTIGO 6º.** Independentemente de reforma estatutária, o capital social poderá ser aumentado, na forma do art. 168 da Lei nº 6.404, de 1.976, até o valor de **R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais)**.

Parágrafo 1º. Nas emissões de ações ou bônus de subscrição, a Companhia comunicará aos acionistas a deliberação da Diretoria Executiva acerca do aumento do capital social, informando todas as características e condições da emissão.

Parágrafo 2º. Competirá à Assembleia Geral fixar as espécies de ações a serem subscritas, podendo ser ordinárias e/ou preferenciais, assim como o preço, o número, o prazo e as condições de subscrição e integralização.

Parágrafo 3º. As ações preferenciais serão todas nominativas, de uma só classe, sem direito a voto e sem valor nominal e não poderão ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do total das emitidas.



Parágrafo 4º. A vantagem das ações preferenciais consistirá em prioridade de seus titulares na distribuição de dividendos mínimos obrigatórios.

Parágrafo 5º. O acionista que não integralizar as ações subscritas ficará constituído de pleno direito em mora, sendo considerado remisso, podendo a Companhia à sua escolha:

- a) promover contra ele e os demais responsáveis solidários, processo de execução para cobrar a importância devida, nos termos do art. 107 da Lei nº 6.404, de 1.976, respondendo nesse caso pelo pagamento do principal acrescido da atualização monetária, juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração pro rata die, contados do dia do vencimento da obrigação, e multa de 10% (dez por cento) do valor em atraso e não integralizado;
- b) oferecer as ações dele à venda, fazendo-o por conta e risco exclusivos dele;
- c) adquirir as ações, mantendo-as em tesouraria, nos termos do art. 8º deste Estatuto Social.

**ARTIGO 7º.** As ações são indivisíveis perante a Companhia, que reconhece apenas 01 (um) proprietário para cada uma delas, aplicando-se, quanto aos casos em que a ação pertencer a mais de uma pessoa, as disposições do Parágrafo Único do Artigo 28 da Lei nº 6.404, de 1.976.

**ARTIGO 8º.** A Companhia poderá adquirir suas próprias ações, sem redução do capital subscrito, mediante aplicação de saldo de lucros acumulados, reserva de capital ou por doação, mediante deliberação da Assembleia Geral.

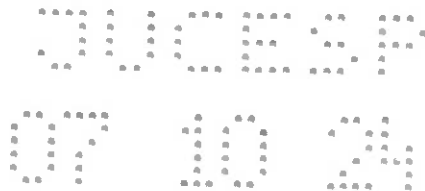
Parágrafo 1º. As ações assim adquiridas serão mantidas em tesouraria, sendo que o capital em circulação da Companhia corresponderá ao subscrito, menos as ações em tesouraria.

Parágrafo 2º. As ações adquiridas pela Companhia, enquanto mantidas em tesouraria, não terão direito de voto nem participação dos dividendos votados ou de ações novas distribuídas.

Parágrafo 3º. Por deliberação do Conselho Fiscal, se em funcionamento, a Companhia poderá recolocar ou vender ações mantidas em tesouraria.

### **CAPÍTULO III- DOS ÓRGÃOS SOCIAIS**

**ARTIGO 9º.** A Companhia tem como órgãos sociais:



- a) Assembleia Geral;
- b) Diretoria Executiva;
- c) Conselho Fiscal.

Parágrafo 1º. Ressalvadas as disposições previstas neste Estatuto Social, os membros que integrarem a Diretoria Executiva não poderão exercer funções cumulativas e simultâneas no Conselho Fiscal.

Parágrafo 2º. O prazo dos mandatos dos membros da Diretoria Executiva será de 03 (três) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 3º. Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, se em funcionamento, estão sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres e responsabilidades previstos nos artigos 145 a 158 da Lei nº 6.404, de 1.976.

Parágrafo 4º. Os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, se em funcionamento, tomarão posse mediante assinatura de termo nos respectivos livros de Atas.

Parágrafo 5º. A remuneração dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, se em funcionamento, será fixada anualmente em Assembleia Geral, respeitando os moldes de remuneração previsto no Artigo 162, § 3º da Lei nº 6.404, de 1.976.

Parágrafo 6º. Não haverá remuneração cumulativa, de modo que os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal farão jus ao recebimento de única remuneração, nos termos a serem deliberados em Assembleia Geral, caso simultaneamente exerçam funções em algum desses órgãos em Companhias ou empresas controladas, coligadas, controladoras ou quaisquer outras que integrem ou venham a integrar o mesmo grupo da Companhia.

Parágrafo 7º. Qualquer benefício que seja concedido aos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, se em funcionamento, além da remuneração prevista neste artigo, dependerá de aprovação em Assembleia Geral.

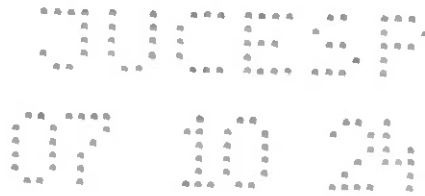
Parágrafo 8º. Para ser eleito ou nomeado e exercer qualquer cargo da administração da Companhia, é necessário ter reputação ilibada, sendo que não tomará posse ou perderá automaticamente o cargo quem se submeter a qualquer das situações abaixo:

- I. Houver a quebra da *affectio societatis*, caso, além de membro de qualquer dos órgãos acima mencionados, seja também acionista;
- II. Praticar ato de extrema gravidade capaz de colocar em risco a atividade empresarial e/ou a própria função social da Companhia, inclusive quando se caracterizar improbidade administrativa, assim considerada por qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que causar danos ou violar os interesses da

DUSSP  
07 10 24

Companhia, e/ou os deveres da boa-fé, honestidade e lealdade, inclusive se resultar em enriquecimento ilícito, visando auferir, para si ou para terceiros, qualquer tipo de vantagem indevida em razão do exercício de seu cargo, mandato, função ou causar lesão ou desvio, apropriação, dilapidação dos bens ou haveres da Companhia, tais como:

- a. Receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente em razão de favores prestados em nome da Companhia;
- b. Utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou materiais de qualquer natureza que sejam de propriedade ou estejam na posse da Companhia;
- c. Receber vantagem econômica, direta ou indireta, de qualquer natureza para contribuir ou explorar ou praticar jogos de azar, contrabando ou descaminho, trabalho escravo ou infantil ou qualquer outro ato ilícito ou ilegal;
- d. Fazer declaração falsa ou, perante os acionistas, omitir informações sobre as operações da Companhia, especialmente em relação a receitas e despesas;
- e. Usar, em proveito próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial da Companhia;
- f. Deixar de praticar atos que lhe são cabíveis de ofício, como a prestação de contas;
- g. Permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado;
- h. Aceitar garantia insuficiente ou inidônea;
- i. Ordenar ou permitir a realização de despesas e operações em dissonância com as propostas orçamentárias e/ou as deliberações de Assembleia Geral;
- j. Tiver sido condenado em decorrência de ação judicial por crime contra o patrimônio;
- k. Prática de atos comerciais, publicitários, administrativos ou de qualquer natureza e espécie que sejam contrários, incompatíveis, danosos ou prejudiciais à imagem, aos interesses e/ou ao objeto social da companhia;



III. Ajuizar contra a Companhia, suas empresas coligadas ou das que ela participar, ação judicial que a prejudique.

#### **CAPÍTULO IV- DAS ASSEMBLEIAS GERAIS**

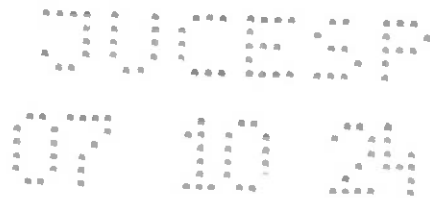
**ARTIGO 10.** A Assembleia Geral convocada e instalada de acordo com a lei e este Estatuto é soberana e tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento.

Parágrafo 1º. Os acionistas poderão se fazer representar nas Assembleias Gerais Ordinárias e/ou Extraordinárias da Companhia por procuradores constituídos há menos de 1(um) ano, que sejam acionistas, administradores da Companhia ou advogados, podendo o instrumento de mandato ser assinado digitalmente através de uma plataforma certificada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil), ou em caso de ser assinada de próprio punho, que esta seja original ou cópia enviada ao endereço da Companhia pelo próprio acionista.

Parágrafo 2º. Os acionistas poderão participar da Assembleia Geral da Companhia, bem como, da votação e/ou reuniões à distância, de modo que seja realizado através de plataforma online que detenha recursos para garantir a privacidade de todos os participantes.

**ARTIGO 11.** Compete privativamente à Assembleia Geral:

- a) reformar o estatuto social;
- b) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e fiscais da companhia, bem como fixar as atribuições e competências de cada diretor, estabelecer a Remuneração Global Anual da Diretoria da Companhia;
- c) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- d) autorizar a emissão de debêntures, ressalvado o disposto nos §§ 1º, 2º e 4º do art. 59, da Lei nº 6.404, de 1.976;
- e) suspender o exercício dos direitos do acionista que deixar de cumprir obrigação imposta pela lei ou por este Estatuto Social, cessando a suspensão logo que cumprida a obrigação;
- f) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;



- g) autorizar a emissão de partes beneficiárias;
- h) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar as suas contas;
- i) autorizar os administradores a confessarem falência e a pedir recuperação judicial;
- j) aprovar as propostas orçamentárias, que poderão ser anuais ou semestrais, inclusive para fins de autorizar, em benefício da Companhia, suas coligadas ou qualquer outra Companhia ou empresa que a tiver como sócia ou acionista, a contratação de empréstimos, operações de leasing, instituição de alienação fiduciária, oferecimento de garantias, aquisições e venda de bens integrantes do Ativo Permanente, dentre ou outros tipos de negócios e operações;
- k) não havendo previsão em proposta orçamentária, autorizar a compra ou a venda de bens do Ativo Permanente ou a constituição de ônus reais sobre bem cujo valor seja acima de R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), não se aplicando essa disposição a bens tangíveis ou intangíveis destinados à estruturação do imobiliário ou ao incremento das atividades da Companhia, tais como software, direitos autorais, equipamentos básicos para viabilizar a prestação de serviços por parte das equipes, como, por exemplo, telefones, cadeiras, mesas, os quais poderão ser comprados mediante aprovação da Diretoria Executiva;
- l) aprovar Política de divisão de dividendos e/ou retenção de lucros da Companhia;
- m) aprovar a alteração da Política Contábil da Companhia, bem como, autorizar a contratação de Auditores Independentes;
- n) aprovar qualquer matéria prevista no artigo 136 da Lei nº 6.404, de 1.976;
- o) aprovar o aumento e/ou redução do capital social e emissão/cancelamento de ações da Companhia, bem como a criação e/ou a emissão de ações preferenciais da Companhia.

Parágrafo Único. Independentemente das formalidades previstas neste Estatuto Social e na Lei nº. 6.404, de 1.976, será considerada regular a Assembleia Geral, Ordinária e/ou Extraordinária, a que comparecerem todos os acionistas.

**ARTIGO 12.** A Assembleia Geral deverá ser Ordinária, quando tiver por objeto:

- a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;



- b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- c) Eleger os administradores e os membros do conselho fiscal, quando for o caso.

Parágrafo Único. Nos demais casos não previstos no caput deste artigo, a Assembleia Geral será extraordinária.

**ARTIGO 13.** A Assembleia Geral Ordinária se reunirá anualmente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término de cada exercício social, e a Assembleia Geral Extraordinária se reunirá sempre que o interesse da Companhia exigir.

**ARTIGO 14.** A Assembleia Geral Ordinária e a Assembleia Geral Extraordinária poderão ser cumulativamente convocadas e realizadas no mesmo local, data e hora, e instrumentadas em ata única.

**ARTIGO 15.** A Assembleia Geral, Ordinária e/ou Extraordinária, serão convocadas pela Diretoria, por qualquer de seus diretores, através de notificação a todos os acionistas, que deverá necessariamente conter a pauta dos assuntos a serem discutidos, ainda que de forma resumida. As notificações serão efetuadas por meio de telegrama, carta registrada, mensagem eletrônica (e-mail) ou pelo aplicativo WhatsApp, com pelo menos 8 (oito) dias de antecedência, no mínimo, da data da realização da Assembleia; não se realizando a assembleia, será realizada a segunda convocação, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, com a indicação sucinta da ordem do dia.

Parágrafo 1º. A Companhia, quando tiver o patrimônio líquido inferior a R\$78.000.000,00 (setenta e oito milhões de reais), poderá convocar Assembleia Geral através de jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, de forma resumida e com divulgação simultânea da íntegra dos documentos na página do mesmo jornal na internet com certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos na página própria emitida por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil).

Parágrafo 2º. O anúncio eletrônico poderá ser enviado por qualquer meio eletrônico, como, por exemplo, e-mail e WhatsApp.

Parágrafo 3º. Não obstante as disposições dos Parágrafos acima, serão consideradas como tendo sido devidamente convocadas as Assembleias Gerais a que compareçam todos os acionistas da Companhia, nos termos do artigo 133, §4º, da Lei nº 6.404, de 1.976.

**ARTIGO 16.** A convocação da Assembleia Geral, Ordinária e/ou Extraordinária, será feita, em regra, pela Diretoria Executiva, podendo também ser convocada:

- a) Pelo Conselho Fiscal, se em funcionamento, se a Diretoria retardar por mais de 1(um) mês a convocação de assembleia ordinária, e a extraordinária, sempre que



ocorrerem motivos graves ou urgentes, inclusive para deliberar acerca de matérias consideradas necessárias;

b) por qualquer acionista, quando os administradores retardarem, por mais de 60 (sessenta) dias, a convocação nos casos previstos em lei ou neste Estatuto Social;

c) por acionistas que representem 5% (cinco por cento), no mínimo, do capital social, quando os administradores não atenderem no prazo de 8 (oito) dias, a pedido de convocação que apresentarem, devidamente fundamentado, com indicação das matérias a serem deliberadas, as quais deverão ser pertinentes à Assembleia, quando nesse mesmo prazo os órgãos da administração não encaminharem por escrito os motivos da negativa de convocação;

d) por acionistas que representem 5% (cinco por cento), no mínimo, do capital votante, ou 5% (cinco por cento), no mínimo, dos acionistas sem direito a voto, quando os administradores não atenderem, no prazo de 8 (oito) dias, o pedido de convocação de assembleia para instalação do Conselho Fiscal ou não apresentarem, no mesmo prazo, motivos da negativa da instalação.

**ARTIGO 17.** Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral será instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo,  $\frac{1}{4}$  (um quarto) do capital social com direito de voto; ou em segunda convocação, com qualquer número.

Parágrafo 1º. A Assembleia Geral Extraordinária que tiver por objeto a reforma do estatuto somente se instalará em primeira convocação com a presença de acionistas que representem  $\frac{2}{3}$  (dois terços), no mínimo, do capital com direito a voto, mas poderá instalar-se em segunda convocação com qualquer número.

Parágrafo 2º. As pessoas presentes à Assembleia deverão provar a sua qualidade de acionista com a exibição de documento de identidade.

**ARTIGO 18.** As deliberações submetidas à aprovação da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e as constantes deste Estatuto Social, serão tomadas por maioria absoluta de votos válidos representando a maioria do capital social subscrito e integralizado da Companhia, não se computando os votos em branco.

Parágrafo 1º. As matérias abaixo especificadas serão deliberadas por quórum qualificado de acionistas que representem, no mínimo, maioria absoluta de ações com direito a voto e não a quantidade de votos:

I. Criação de ações preferenciais ou aumento de classe de ações preferenciais existentes, sem guardar proporção com as demais classes de ações preferenciais;

# UNIBANK

## 07 10 24

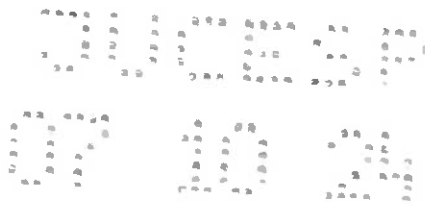
- II. Alteração nas preferências, vantagens e condições de resgate ou amortização de uma ou mais classes de ações preferenciais, ou criação de nova classe mais favorecida;
- III. Redução do dividendo obrigatório;
- IV. Fusão ou cisão da Companhia ou sua incorporação em outra;
- V. Participação em outras Companhias de qualquer natureza ou em grupo de Companhias;
- VI. Mudança do objeto social da Companhia;
- VII. Cessação do estado de liquidação da companhia;
- VIII. Criação de partes beneficiárias;
- IX. Abertura do capital social;
- X. Dissolução da Companhia;
- XI. Alienação, total ou parcial, da Companhia a terceiros;
- XII. Requerimento de falência ou de recuperação extrajudicial ou judicial da Companhia;
- XIII. Cessão e transferência de ações e também admissão ou não de novos acionistas.

Parágrafo 2º. As Assembleias Gerais serão dirigidas por mesa composta por um Presidente, a ser escolhido entre as pessoas presentes, que convidará outra pessoa ali presente para exercer a função de Secretário (a), podendo qualquer deles ser acionista ou não.

**ARTIGO 19.** Poderão deliberar em Assembleia Geral, Ordinária e/ou Extraordinária, apenas os acionistas cujas ações tenham sido inscritas em seu nome em até 48 (quarenta e oito) horas antes da data e hora marcada para sua realização.

### **CAPÍTULO V- DA DIRETORIA EXECUTIVA**

**ARTIGO 20.** A representação da Companhia competirá à Diretoria Executiva, que será constituída por 1 (um) Diretor Presidente, acionista ou não da companhia, residente no País, eleito, substituído ou destituído pela Assembleia Geral, e, a critério da Assembleia Geral, por até 03 (três) diretores sem designação específica, que poderão ou não serem



nomeados, sem a necessidade de pertencerem ao quadro de acionistas, todos com mandatos por prazo de 03 (três) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo 1º. A investidura far-se-á por termo no Livro de Registro de Atas das Reuniões da Diretoria.

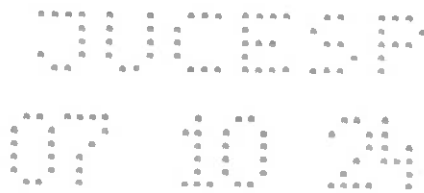
Parágrafo 2º. Compete à Diretoria exercer as atribuições que a lei e o Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia.

**ARTIGO 21.** Competirá a qualquer membro da Diretoria Executiva, isoladamente, independentemente de ordem de preferência ou nomeação, exercer a representação da Companhia, em consonância com as deliberações tomadas em Assembleias Gerais, sendo-lhes conferidos poderes para representa-la em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, convocar Assembleia Geral, e praticar todos os atos necessários para o funcionamento regular da Companhia, exceto nas seguintes hipóteses, em que a administração sempre conjunta, por 1 (um) diretor ou 1 (um) procurador com poderes específicos:

- a) Assinar aditamentos, distrato, declarações, assumir compromissos, bem como documentos relativos à aquisição, oneração ou alienação de bens e direitos, relativos a bens imóveis, mesmo que integrantes do ativo permanente da Companhia, escrituras e atos públicos afins, ofertar em garantia real ou fidejussória;
- b) e contrair qualquer obrigação à Companhia, seja de natureza pecuniária ou não, em valor superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Parágrafo 1º. São expressamente vedados, sendo nulos de pleno direito e inoperantes com relação à Companhia, os atos dos diretores, procuradores ou funcionários que a envolverem em obrigações relativas a operações ou negócios estranhos aos determinados pelo objeto social ou que não tenham sido especificados nos mandatos conferidos, tais como, mas não limitados à, tranças, avais ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, exceto de se houver aprovação expressa dos acionistas, em Assembleia Geral.

Parágrafo 2º. Sempre que ocorrer violação ao disposto no § 1º deste artigo, os atos praticados serão nulos de pleno direito em relação à Companhia, acarretando, também, a responsabilidade solidária dos diretores e/ou procuradores envolvidos.



**ARTIGO 22.** A Diretoria Executiva se reunirá sempre que seus membros considerarem necessário, cabendo-lhes lavrar ata de reunião retratando as deliberações tomadas.

Parágrafo 1º. Em caso de empate, a matéria a ser decidida será submetida para apreciação do Conselho Fiscal, se em funcionamento.

Parágrafo 2º. O Diretor permanecerá em seu cargo até a posse dos novos Diretores regularmente eleitos.

## **CAPÍTULO VI- DO CONSELHO FISCAL**

**ARTIGO 23.** O Conselho Fiscal da Companhia será constituído por 6 (seis) membros, sendo 3 (três) efetivos e 3 (três) suplentes, acionistas ou não, que serão eleitos pela Assembleia Geral que deliberar pela instalação desse órgão, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo 1º. O Conselho Fiscal somente funcionará nos exercícios sociais em que for instalado a pedido de acionistas.

Parágrafo 2º. A instalação do Conselho Fiscal se dará por Assembleia Geral, a pedido de acionistas que representem, no mínimo, 0,1 (um décimo) das ações com direito a voto, ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto, e cada período de seu funcionamento terminará na sua primeira Assembleia Geral ordinária após sua instalação.

**ARTIGO 24.** Caso solicitado o seu funcionamento, o Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes que a lei lhe conferir, se reunirá sempre que os membros considerarem necessário, cabendo-lhes, dentre eles, escolher o Presidente.

Parágrafo 1º. Caberá ao Presidente do Conselho Fiscal, se instalado, convocar as reuniões do órgão. Na falta de convocação por parte do Presidente, a convocação será feita por qualquer outro membro do órgão.

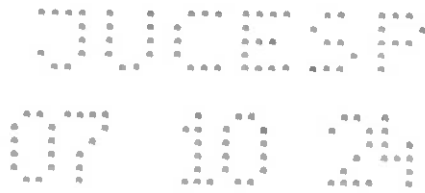
Parágrafo 2º. A convocação e a reunião poderão se dar por qualquer meio eletrônico, como, por exemplo, e-mail, WhatsApp, etc.

Parágrafo 3º. As convocações serão dispensadas se à reunião comparecerem todos os membros do Conselho ou se eles decidirem por escrito a matéria que nela seria deliberada.

Parágrafo 4º. As reuniões do Conselho Fiscal serão instaladas com a presença de 3 (três) membros, devendo um deles, no mínimo, ser efetivo.

Parágrafo 5º. As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria absoluta de votos.

Parágrafo 6º. Caracterizará vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal em relação àquele que deixar de comparecer, sem justificativa, a 2 (duas) reuniões consecutivas ou 3 (três) alternadas.



Parágrafo 7º. Em caso de vacância de qualquer membro do Conselho Fiscal, o órgão prosseguirá com os demais atuantes, caso sejam no mínimo 3 (três), até a primeira Assembleia Geral, que elegerá o substituto. Reduzindo o Conselho a 2 (dois) membros, será convocada Assembleia Geral para eleger e preencher os cargos vagos.

Parágrafo 8º. Em caso de empate nas deliberações, caberá ao Presidente exercer o voto de minerva.

Parágrafo 9º. Se por qualquer motivo o Presidente não estiver presente a reunião e houver empate, o voto de minerva será exercido pelo membro mais velho do Conselho.

## **CAPÍTULO VII- DO EXERCÍCIO SOCIAL, DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E DESTINAÇÃO DE RESULTADOS**

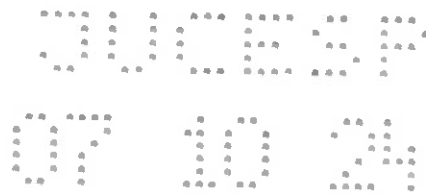
**ARTIGO 25.** O exercício social corresponderá ao ano civil, com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. O primeiro exercício social da Companhia começará na data de sua constituição e terminará no dia 31 de dezembro do ano respectivo.

**ARTIGO 26.** Ao término de cada exercício social serão levantadas as demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as disposições legais e com os princípios de contabilidade geralmente aceitos.

Parágrafo 1º. Os lucros da Companhia serão distribuídos entre os acionistas nas mesmas proporções do capital social que cada um tiver subscrito e efetivamente integralizado, sendo que o lucro líquido apurado no exercício, este terá a seguinte destinação:

- a) 5% (cinco por cento) serão deduzidos para a constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social, caso a reserva legal vier a exceder os 20% (vinte por cento), esta será levada ao aumento do capital social e o remanescente permanecerá na conta da reserva legal;
- b) 25% (vinte e cinco por cento) dos lucros serão distribuídos entre os acionistas a título de dividendos mínimos obrigatórios;
- c) 70% (setenta por cento) dos resultados apurados terão a destinação deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral.

Parágrafo 2º. A previsão contida no item (a) do parágrafo anterior será verificada tomando-se em relação ao capital social do fechamento do mesmo exercício ao de apuração dos resultados.



Parágrafo 3º. Os prejuízos, se houverem, serão mantidos em conta específica para compensação dos lucros futuros, podendo, se assim decidirem as partes signatárias, justificar o aumento de capital especificadamente para cobrir eventuais perdas.

Parágrafo 4º. A Diretoria poderá determinar o levantamento de demonstrações financeiras intermediárias em período semestral, trimestral ou mensal e os acionistas, em Assembleia Geral, deliberarão sobre a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados nas referidas demonstrações financeiras, respeitado o disposto no artigo 204 da Lei nº 6.404, de 1.976.

Parágrafo 5º. A qualquer tempo, os acionistas em Assembleia Geral também poderão deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários, existentes na conta de lucros acumulados, ou de reservas de lucros existentes na última demonstração financeira anual, semestral, trimestral ou em período inferior, conforme o caso.

Parágrafo 6º. A Diretoria poderá fixar o montante dos juros a serem pagos ou creditados aos Acionistas, a título de juros sobre o capital próprio, respeitado o disposto na legislação aplicável. Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio serão sempre considerados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

Parágrafo 7º. Do resultado do exercício ou das demonstrações financeiras intermediárias previstas no no parágrafo 4º deste artigo, serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.

## **CAPÍTULO VIII- DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO**

**ARTIGO 27.** Dissolve-se totalmente a Companhia nas hipóteses previstas em lei.

**ARTIGO 28.** Em caso de resolução, rescisão ou rescisão parcial da Companhia em relação a um ou mais acionistas, em virtude de morte, retirada espontânea, exclusão ou qualquer outro motivo, os haveres a ele cabíveis serão apurados conforme balanço patrimonial especialmente levantado para esse fim, na data do evento, bem como, de acordo com as disposições constantes do "Acordo de Acionistas" arquivado na sociedade.

**ARTIGO 29.** Os haveres serão quitados de acordo com as disposições do Acordo de Acionistas, ou ainda, caso não haja consenso, poderão ser pagos em até 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas, corrigidas pelo índice do IPCA/IBGE, ou eventual outro índice que venha a substituí-lo e acrescidas de juros legais.

**ARTIGO 30.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação de acionistas que representem a maioria absoluta do capital social, reunidos

QUINTA  
07 10 24

em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, a qual estabelecerá o modo e o prazo de liquidação, competindo-lhe nomear o liquidante.

**ARTIGO 31.** Na Companhia, prepondera o caráter personalíssimo de seus acionistas, de modo que qualquer deles poderá ser excluído por justa causa, caso incorra nos atos previstos no parágrafo 8º do artigo 9º deste Estatuto Social.

#### **CAPÍTULO IX- DISPOSIÇÕES FINAIS**

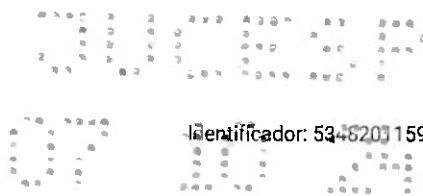
**ARTIGO 32.** A Companhia observará os acordos de acionistas arquivados na sua sede, que dispuserem sobre as restrições à circulação de ações, preferência para adquiri-las, o exercício de voto e quaisquer outras matérias ajustadas entre os acionistas.

**ARTIGO 33.** Quaisquer matérias não reguladas pelo presente Estatuto Social serão resolvidas de conformidade com a Lei das Sociedades Anônimas e demais legislações em vigor.

#### **CAPÍTULO X- DO FORO**

**ARTIGO 34.** Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Estatuto Social ou relacionadas à Companhia cuja solução amigável não seja possível, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que seja.

São Paulo (SP), 03 de junho de 2.024.



## Página de assinaturas

**marcelo chiqueto**  
159.385.588-59  
Signatário

**Tiago Lucera**  
385.259.608-45  
Signatário

### HISTÓRICO

- 25 set 2024**  
13:59:32 **Felipe Papa Santos de Moraes** criou este documento. ( Email: fmoraes@oliveiravicente.com.br )
- 25 set 2024**  
14:05:26 **Tiago Lucera** (Email: lorienncorporate@gmail.com, CPF: 385.259.608-45) visualizou este documento por meio do IP 189.50.143.214 localizado em Presidente Prudente - São Paulo - Brazil
- 25 set 2024**  
14:08:16 **Tiago Lucera** (Email: lorienncorporate@gmail.com, CPF: 385.259.608-45) assinou este documento por meio do IP 189.50.143.214 localizado em Presidente Prudente - São Paulo - Brazil
- 25 set 2024**  
14:03:34 **marcelo chiqueto** (Email: marcelo.chiqueto@contabilizaassessoria.com.br, CPF: 159.385.588-59) visualizou este documento por meio do IP 191.13.222.171 localizado em São José do Rio Preto - São Paulo - Brazil
- 25 set 2024**  
14:03:45 **marcelo chiqueto** (Email: marcelo.chiqueto@contabilizaassessoria.com.br, CPF: 159.385.588-59) assinou este documento por meio do IP 191.13.222.171 localizado em São José do Rio Preto - São Paulo - Brazil

